

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANCISCO GABRIEL RODRIGUES DE SOUSA

**INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À DEPENDÊNCIA
ECONÔMICA**

SANTANA DO IPANEMA-AL

2025

FRANCISCO GABRIEL RODRIGUES DE SOUSA

**INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À DEPENDÊNCIA
ECONÔMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas como requisito para grau
acadêmico de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Anderson David
Gomes dos Santos.

SANTANA DO IPANEMA-AL

2025

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S725i Sousa, Francisco Gabriel Rodrigues de.
 Industrialização brasileira : um processo de desenvolvimento econômico
 à dependência econômica / Francisco Gabriel Rodrigues de Sousa. - 2025.
 56 f. : il. color.

Orientador: Anderson David Gomes dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas)
– Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão. Santana do Ipanema,
2025.

Bibliografia: f. 55-56.

1. Industrialização brasileira. 2. Desenvolvimento econômico. 3.
Economia brasileira. I. Título.

CDU: 338.45

FOLHA DE APROVAÇÃO

FRANCISCO GABRIEL RODRIGUES DE SOUSA

Industrialização brasileira: Um processo de desenvolvimento econômico à dependência econômica

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Unidade de Santana do Ipanema-AL e aprovada em 22 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS**
Data: 22/05/2025 14:19:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Orientador - Prof. Dr. Anderson David Gomes dos Santos, Ufal)

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME CARNEIRO LEÃO DE ALBUQUERQUE**
Data: 22/05/2025 16:12:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Prof. Dr. Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes, UFMT)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MENEZES GOMES**
Data: 23/05/2025 14:39:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Prof. Dr. José Menezes Gomes, Ufal)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela família que tenho e pela oportunidade, apreço aos meus guias espirituais por todo apoio e intuições que me conduziram.

Muito obrigado a minha família: ao meu pai, minha mãe e às minhas irmãs, Alice e Bethânia, que sempre estiveram presentes ao meu lado para me oferecer auxílio e apoio incondicional. As minhas mais sinceras gratidões, amo vocês. Agradeço à Júlia, que me deu apoio, conforto, boas risadas em momentos exaustivos, sendo um tanto engraçada e meio motivadora, mas, ao mesmo tempo, alegre e gentil.

Grato aos meus colegas de faculdade que, de forma direta ou indireta, estiveram presentes: Rheunis, Aline, Bianca, Eric, Jefferson, Davyd, Johnaffer, Jullyani, Lucyla, Ranniery, Maxwell, Mayara e Priscila. Obrigado ao Brunno pelos seus conselhos, incentivos e ajuda. Agradeço ao Tiago por sua ajuda nas atividades. Agradecimentos a Andressa, Cristina, Edja e Lívia pelas disciplinas de microeconomia. Obrigado aos meus monitores de Microeconomia, Ivia e Rinaldo. Sou agradecido à Maria José, que me ajudou tanto em projetos, como nesse final de curso. E muito obrigado aos meus amigos, Bartolomeu, Júnior, Wellyda, Anna Luíza e Ivia, que estiveram presentes durante esta etapa.

De forma especial, agradeço ao Prof. Dr. Guilherme, que me guiou por tanto tempo como um professor e um conselheiro que levarei para a vida. Sou grato pelos autores que me fizeram conhecer, pelo incentivo, dedicação e, acima de tudo, pelo conhecimento que foi transferido. Aprendi muito e isso não tem preço, apenas gratidão e felicidade. Ao Prof. Dr. Anderson pelos seus ensinamentos nos projetos em que estivemos inseridos e como professor esforçado que é e busca ajudar seus alunos no que for possível.

E, por fim, sou grato a todos os professores que estiveram presentes e sinto-me satisfeito pela oportunidade de ter estudado e apreciado essa instituição de ensino que agora faz parte da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho investiga duas fases importantes da história econômica brasileira: a industrialização restringida do governo Vargas e a industrialização pesada. A pesquisa apresenta uma análise dos efeitos provocados pelas políticas de desenvolvimento econômico brasileiro aplicadas nos períodos de 1930 a 1980, de modo a compreender as alterações nas estruturas econômica, social e industrial do país. Foi realizada uma análise baseada nas colaborações teóricas de economistas como Celso Furtado, Conceição Tavares e Wilson Cano, cujas contribuições forneceram conhecimento sobre a estrutura da economia brasileira, permitindo, assim, realizarmos apontamentos quanto às políticas econômicas adotadas. Este estudo trata-se de uma pesquisa básica descritiva, utilizando-se de fontes bibliográficas e estudos historiográficos. As informações foram coletadas de livros, artigos científicos e bases de dados digitais, com o propósito de fundamentar a análise da história brasileira delimitada à industrialização. Essa análise das duas fases da industrialização brasileira permitiu perceber impactos significativos na estrutura econômica, política e social do país, que persistem até os dias atuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Era Vargas; Industrialização Restringida; Industrialização Pesada; Teoria da Dependência.

ABSTRACT

This paper investigates two important phases of Brazilian economic history: the restricted industrialization of the Vargas government and heavy industrialization. The research presents an analysis of the effects caused by Brazilian economic development policies implemented between 1930 and 1980, in order to generate an understanding of the changes in the country's economic, social and industrial structure. Thus, an analysis was carried out based on the theoretical contributions of economists Celso Furtado, Conceição Tavares, Wilson Cano, among others, whose contributions provided knowledge about the structure of the Brazilian economy, thus allowing us to make observations regarding the economic policies adopted. Therefore, this study is a basic descriptive research, using bibliographic sources and historiographical studies. The information was collected from books, scientific articles and digital databases, with the purpose of supporting the analysis of Brazilian history limited to industrialization. This analysis of the two phases of Brazilian industrialization allowed us to perceive significant impacts on the country's economic, political and social structure, which persist to the present day.

Keywords: Economic Development; Vargas Era; Restricted Industrialization; Heavy Industrialization; Dependency Theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: taxas anuais de crescimento de indicadores econômicos selecionados, 1920/52.....	19
Tabela 2 - Indicadores de Tendências de Concentração da Indústria de Transformação: Relação na Produção Industrial e na População Total e Urbana	21
Tabela 3 - População e Distribuição da população pelas Grandes Regiões nos Censos Demográficos (1920 – 1950).....	24
Tabela 4 - Crescimento do Produto e Inflação (%).....	30
Tabela 5 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1964-1973 (médias anuais por período).....	37
Tabela 6 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1974-1984. Médias anuais por período.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONSTRUÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL	11
2.1 Mudanças Institucionais e Macroeconômica.....	11
2.2 Montagem Política e Econômica da Industrialização Restringida.....	15
2.3 Política Econômica.....	18
3 A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA E O GOVERNO CÍVICO-MILITAR	27
3.1 Industrialização Pesada: Instauração pelos governos militares	27
3.2 Modelo de desenvolvimento industrial	41
3.3 Intérpretes da industrialização brasileira.....	45
4 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração que a industrialização é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, este Trabalho de Conclusão de Curso investiga a história brasileira em duas etapas relevantes: a industrialização restringida do governo Vargas e a industrialização pesada. A partir disso, a pesquisa busca gerar uma compreensão sobre as alterações nas estruturas econômica, social e industrial do país.

As políticas econômicas aderidas nas duas fases da industrialização indicadas causaram consequências duradouras para o país, como alterações no padrão de vida e de consumo da sociedade brasileira, concentração industrial, aumento demasiado da desigualdade social, elaboração de uma infraestrutura e permanência da dependência econômica. Logo, considerando as consequências citadas, a pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: como a industrialização restringida do governo Vargas e industrialização pesada posterior afetaram o desenvolvimento nacional?

Destarte, para encontrar possíveis resultados foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e estudos historiográficos. Além disso, obtemos informações e referências em artigos científicos, sites de pesquisas de dados e livros, possibilitando uma investigação científica acentuada sobre a seguinte temática: Industrialização no Brasil – os efeitos econômicos e sociais da industrialização restringida do governo Vargas e da posterior industrialização pesada. Concentrando-se, deste modo, nas políticas econômicas adotadas e seus impactos socioeconômicos.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender os impactos socioeconômicos da industrialização no Brasil dividida em duas fases, restringida do governo Vargas e a pesada, finalizando com um comparativo entre ambas.

Enquanto os objetivos específicos são: destacar as mudanças na economia brasileira através das políticas introduzidas pelo governo Vargas e seus efeitos sociais; explorar as políticas industriais direcionadas para o fortalecimento da economia nacional; identificar as consequências das políticas econômicas adotadas nas duas fases da industrialização, restringida do governo Vargas e a pesada; comparar as duas fases da industrialização no Brasil, explorando as suas políticas econômicas implementadas e implicações sobre ela.

De início, a primeira seção destaca a importância da industrialização no Brasil para o seu desenvolvimento econômico. Explora a transição do modelo primário-exportador para a substituição de importações durante o governo Vargas. Além de citar as políticas implementadas por esse governo e as modificações do modelo econômico e político brasileiro que conduziram o país a uma nova estrutura.

Dessa forma, a industrialização restringida abordada com o governo Vargas (1930-1945 e 1951-1954) marcou o início de uma transformação política e econômica do Brasil, de um país agrário para industrializado. Esse governo buscou reduzir dependências econômicas do capital externo e fortalecer a indústria nacional, através de: intervenção do estado, criação de estatais, políticas protecionistas, substituição de importações e leis trabalhistas. E, assim, acreditava que a industrialização e a intervenção estatal seriam imprescindíveis para alcançar o desenvolvimento econômico.

A segunda seção introduz a industrialização pesada implementada pelo governo Juscelino Kubitschek (JK) e a instauração dos governos militares que deram continuidade a esse processo. O foco central desse capítulo é tratar da industrialização pesada, seus impactos econômicos, as alterações na estrutura econômica brasileira, políticas governamentais e as diferenças entre a industrialização restringida e pesada.

A industrialização pesada começou no governo JK (1956-1961), com a fabricação de bens de capital, bens de consumo e investimentos em infraestrutura. Promoveu a construção de uma infraestrutura com o capital externo por meio do Plano de Metas para reforçar a industrialização do país. Esse processo foi continuado por governos militares (1964-1985), que ainda buscavam desenvolver a economia nacional através do capital externo. Mesmo com maiores empréstimos internacionais, políticas de arrocho salarial, mais investimentos estrangeiros e em energia e setores estratégicos, projetos de infraestrutura e substituição de importados.

O capítulo finaliza através de um debate sobre essas duas fases da industrialização, a partir de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, para consolidar a pesquisa, abordar diferenças entre as duas fases e apontar seus impactos na economia, inclusive as falhas.

Nesse contexto, a pesquisa é importante para compreendermos os impactos econômicos mencionados e a atual estrutura da economia brasileira. Além

de gerar uma consideração descrita, com avaliação sobre o processo de industrialização no Brasil, contribuindo para debates políticos, sociais, econômicos e estudos acadêmicos futuros sobre políticas de desenvolvimento.

2 CONSTRUÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL

Este capítulo tem como propósito contextualizar as transformações ocorridas no modelo econômico nacional, acentuando sua importância, motivações, efeitos causados e suas mudanças estruturais promovidas pelo governo Vargas.

2.1 Mudanças Institucionais e Macroeconômica

O processo da economia brasileira passou por alterações significativas ao longo do tempo, entre as quais ressalta-se a transição de um modelo econômico agroexportador para o de substituição de importações.

As necessidades dessa mudança passam pela crise da época demarcada pela “Grande Depressão”¹, que afetou profundamente as exportações e o preço do café. Isso evidenciou fragilidades do modelo econômico brasileiro anterior, o agroexportador, reforçando a importância de políticas econômicas direcionadas ao fortalecimento da indústria nacional.

No entanto, vale destacar que mesmo o novo modelo adotado apresentou implicações econômicas relevantes, decorrente das políticas implementadas da época. Nesse contexto, é crucial compreender as mudanças macroeconômicas e institucionais que ocorreram durante esse processo, visto que modificaram a economia durante o governo Vargas e criaram rumos para a industrialização brasileira.

Levando isso em consideração, Bastos e Fonseca (2012) informam que a adesão ao padrão-ouro atraía financiamentos externos e mais estabilidade nas transações comerciais. Entretanto, ao aderir a esse padrão os países periféricos ficavam expostos a regras que limitavam os próprios gerenciamentos macroeconômicos, visto que precisavam ter reservas cambiais, o ouro, para as transações internacionais, e isso restringia a expansão da moeda local dessas nações, levando em consideração que a economia era diversa da dos países centrais.

¹ A Grande Depressão de 1929 foi uma crise econômica global que abalou o sistema capitalista da época.

Essa adversidade dos países centrais em relação aos periféricos, como o Brasil, refere-se que estes eram alicerçados em exportações² de bens primários (*commodities*), pois não possuíam indústrias de bens de capital relevantes no mercado e nem eram desenvolvidos tecnologicamente o suficiente para concorrer com os hegemônicos. Dessa forma, estavam limitados à comercialização, geralmente de exportações de recursos naturais e *commodities*, resultando em uma economia nacional vulnerável, sem desenvolvimento das próprias indústrias. Enquanto isso, os países centrais comercializavam em larga escala bens industriais, bens duráveis e bens de capital, sendo tanto para o mercado internacional como para seu mercado nacional (Furtado, 2007).

Para o caso brasileiro, dependia das exportações de produtos primários para sua balança de pagamento, enquanto os países centrais, a exemplo dos europeus, exportavam bens industriais, comercializavam esses bens no próprio território e importavam produtos primários dos países periféricos dependentes do primeiro setor.

Tendo isso em vista, conforme Furtado (2007), a Europa aplicava a teoria que possuía encaixe para melhor explicar a sua realidade. Sendo assim, defendiam que o padrão-ouro serviria para todos os países. Entretanto, o autor acrescenta que a realidade dos países exportadores de produtos primários era dessemelhante, assim como a do Brasil, uma vez que mesmo que obtivessem grandes participações de exportados internacionais, ainda estavam dependentes das exportações de produtos primários ao invés de produtos industrializados para comercialização interna, o que desta forma deixavam expostos a oscilações mais severas.

Por conseguinte, o sistema monetário do padrão-ouro, fonte de vínculo internacional para países periféricos e centrais, prejudicava países que possuíam dívidas com seus credores, ainda mais os primário-exportador, pois ficavam mais vulneráveis às oscilações na economia e agravavam os problemas de déficit na balança de pagamentos e acesso escasso à liquidez externa, conforme Bastos (2008).

A exemplo, se houvesse uma crise nos países credores e centrais, aqueles que são devedores e dependessem das exportações de produtos primários teriam

² Segundo Furtado (2007), as exportações eram a principal variável dinâmica da identidade macroeconômica de um país, que acabava por gerar um modelo de exportação de bens de consumo duráveis, bens de capital, exportação de recursos naturais e *commodities*.

déficits maiores em suas balanças de pagamentos, uma vez que os países credores diminuiriam seu consumo de produtos importados e, conseqüentemente, a receita dos países devedores seria reduzida, o que poderia requerer mais empréstimos para cobrir os déficits. Deste modo, ficariam mais expostos à crise, levando em consideração que os países credores e centrais eram destaques relevantes no consumo de bens primários e poderiam necessitar aumentar a taxa básica de juros para buscar conter a inflação, assim como, haveria o efeito de ampliar as dívidas e agravar a crise dos países devedores.

Considerando as fragilidades do antigo modelo econômico e buscando o desenvolvimento do país, o governo Getúlio Vargas, em 1930, introduziu possibilidades para que o país pudesse instaurar políticas macroeconômicas diversas das que se tinham anteriormente e, conseqüentemente, desenvolver a economia nacional.

Como visto, o Brasil possuía até então uma economia voltada às exportações de produtos primários, cujo modelo macroeconômico estava ligado principalmente ao padrão-ouro da época. Entretanto, esse modelo utilizado não demonstrava ser adequado para todos os países, caso do Brasil. Furtado (1957, p. 223) deixa isso em evidência com o seguinte questionamento: “[...] a que preço as regras do padrão-ouro poderiam aplicar-se a um sistema especializado na exportação de produtos primários e com um elevado coeficiente de importação?”.

Essa regra serviria, apesar de ser desenvolvida pela realidade dos europeus, para todos os países, pelo ponto de vista europeu, como citado.

A teoria monetária do século XIX constitui, indubitavelmente, um instrumento de utilidade para explicar a realidade europeia. Ela se baseava no princípio de que, se todos os países seguissem as regras do padrão-ouro – isto é, se o meio circulante dos distintos países tivesse como base a mesma moeda-mercadoria –, o ouro disponível tenderia a distribuir-se em função das necessidades do comércio interno de cada país e das do comércio internacional (Furtado, 2007, p. 224).

A questão central é que o Estado brasileiro não possuía indústria desenvolvida para geração interna dos bens industriais. Analisando esse fato, Furtado (2007) destaca que por ser dependente de exportações de produtos primários o Brasil estava exposto às oscilações externas do mercado de *commodities*, sem assim ter

controle de sua principal variável dinâmica. Esses fatores deixaram em evidência que existia maior fragilidade nos países menos industrializados e mais dependentes.

Dada a dependência nas exportações e levando em consideração a instabilidade na sua balança de pagamentos, reforçado pelo padrão-ouro que vigorava como sistema monetário internacional, o início do Governo Vargas propôs reformular o modelo macroeconômico nacional e instaurar novas instituições que promovessem o desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico nacional.

O governo se iniciou sobre as consequências da Grande Depressão de 1929, que regrou o consumo de *commodities* e assim instaurou a crise no estado brasileiro pela limitação da demanda externa por café, o principal produto de exportação nacional, provocando uma superprodução. Com o aumento dos estoques, o preço internacional do produto desvalorizou e a rentabilidade dos cafezais reduziu. Dispostos com menor margem de lucro, o desemprego aumentou e o nível de salário foi reduzido, provocando aperto nas delimitações de consumo interno. Nesse quesito, a crise gerou baixas perspectivas que levaram os países estrangeiros a retirar rapidamente seus capitais de ouro, o qual era naquele momento a principal reserva e lastro monetário dos países periféricos. Isso intensificou ainda mais a depreciação do câmbio nacional, conforme Furtado (2007).

Por essa razão, no ano de 1931, o governo Vargas executou planos macroeconômicos em relação aos cafezais, planos esses que colocaram em pauta os problemas em relação à oferta e à demanda. De acordo com Furtado (2007), como forma de fazer com que a economia brasileira interna continuasse a girar, com que parte dos cafés saísse do estoque e fosse diminuído, o governo brasileiro comprou sacas do produto e as destruiu para que houvesse equilíbrio maior entre a oferta e a demanda e, conseqüentemente, do preço.

As medidas que foram adotadas com o intuito de proteger os interesses dos cafeeiros gerou desequilíbrios externos. Conforme Furtado (2007), esse desequilíbrio trouxe consequências como a desvalorização da moeda brasileira no exterior, em específico durante o período dentre 1929 a 1931, quando o poder de compra dessa moeda diminuiu em cerca de 50% fora do Brasil. Ainda de acordo com o autor, por essa razão os produtos importados se tornaram mais caros e foram reduzidos no consumo do brasileiro, porém, com a diminuição do consumo do mercado externos de bens, durante período posteriores, a partir de 1933, houve

aumento na demanda por produtos internos. Esses produtos se tornaram assim a principal fonte de geração de capital do Brasil.

Furtado (2007) ainda constata que conforme os produtos nacionais eram mais demandados, mais as indústrias conseguiam permanecer com a mesma taxa de rentabilidade. Mesmo na situação do país, algumas até mesmo conseguiam aumentar sua taxa sem precisar adquirir novos equipamentos; ou, em alguns outros casos, adquiriam equipamentos de segunda mão para aumentar a sua capacidade de produção.

Esses acontecimentos transformaram a economia brasileira, dando início a um processo de industrialização nacional. Esse momento histórico associado às medidas do governo da época conduziu a mudanças macroeconômicas significativas no Brasil.

2.2 Montagem Política e Econômica da Industrialização Restringida

A nova montagem política e econômica brasileira começa a ser construída a partir da crise do café resultante da Grande Depressão e a entrada do governo Vargas. Por esse aspecto, Cano (2017) apresenta uma abordagem sobre o impacto da crise nos variados países, ressaltando o rompimento com o liberalismo e o livre-cambismo. Ainda segundo o autor, no contexto brasileiro, mesmo uma crise dessa dimensão não foi suficiente por si só para proporcionar uma nova construção política. A burguesia brasileira ainda vivia em uma realidade mercantil, enquanto parte dos políticos eram liberais e o Estado apoiava o livre-comércio, demonstrando resistência.

Ainda assim, o autor supracitado acrescenta que o pensamento de novos políticos que vieram a liderar o Estado brasileiro foi importante, como a figura de Getúlio Vargas. Sua entrada trouxe um novo modelo, uma nova linha de pensamento econômico que permitiu gerar um diferente sistema de Planejamento, de Administração Pública e formou um quadro mais atualizado relacionado ao corpo técnico dos funcionários públicos. Cano (2007) ainda constata o aumento que houve na classe trabalhadora, no crescimento das forças políticas de Vargas, o avanço da urbanização e a estrutura econômica.

Vargas simpatizava com uma maior intervenção do Estado para que correções sobre falhas existentes em relação ao mercado fossem corrigidas. Sua visão era de

acordo com políticas desenvolvimentistas, buscando o crescimento e desenvolvimento do Brasil através de indústrias e intervenção do Estado. Segundo Bastos (2012), Vargas não via o desenvolvimento industrial unicamente como realidade econômica, mas considerava que caso não houvesse melhoras na estrutura econômica do governo, a tendência seria que acontecesse revoluções por parte do povo, de maneira que trabalhadores passariam por necessidades alimentícias e ficariam de fora do mercado de trabalho.

Por essa perspectiva, o governo Vargas estimulou a industrialização no Brasil que, em seguida, veio a ser conceituada como uma “industrialização restringida”, entre 1933 e 1955, segundo Cardoso (2009). O autor destaca que essa industrialização provinha de um processo de movimento endógeno de acumulação, ou seja, do processo da relação de produção dentro da indústria, onde a força de trabalho e parte do capital da indústria agiam como conjuntos para o crescimento do capital.

No entanto, a industrialização brasileira era conceituada como restringida devido à falta de meios técnicos ou até mesmo financeiros para que existisse a possibilidade de instalar rapidamente o núcleo³ que alicerça a indústria dos bens de produção, para que assim pudesse aumentar a capacidade de produção conforme a demanda pelos bens, enquanto a indústria conseguiria se desenvolver durante esse processo, como aponta Cardoso (2009).

De acordo com Bastos (2012), após a crise de 1929, a industrialização restringida, com Vargas, passava a auxiliar a demanda que antes era interferida pelas importações. As mais novas demandas eram geradas pelo aumento do sistema então vigente que priorizava bens nacionais. Apesar disso, ainda existiam determinadas limitações, como a falta de indução de serviços relacionados à infraestrutura ou outros ramos que estavam ligados às inovações da parte técnica da Segunda Guerra Mundial.

Assim, com essas limitações, a expansão industrial também era comprometida, dado que precisava desses requisitos para crescer. Bastos (2012) ressalta que a industrialização restringida focava nos bens finais, algumas partes em insumos e em bens de capital que eram das características mais leves. Esses bens e insumos possuíam pouca tecnologia e escala de produções não tão altas, além das suas

³ O núcleo fundamental para a indústria de bens de produção são os insumos que permitem a transformação das matérias-primas.

adequações serem baseadas na capacidade brasileira de financiamento e tecnologia, ou seja, eram limitadas. Sendo a tecnologia e produção brasileiras limitadas, o outro caminho era buscar filiais estrangeiras. Entretanto, o autor relembra que as filiais estrangeiras tinham resistência quanto a aumentar ofertas, sejam elas na parte elétrica, material relacionada ao transporte ou até mesmo em insumos pesados (aço e petróleo são exemplos referentes). A resistência era decorrente por diversos fatores, podendo ser tanto externo, como a Grande Depressão, Segunda Guerra Mundial ou mesmo no período após a Segunda Guerra Mundial; ou também por fatores internos, como imprecisão no mercado e nas reservas cambiais, essas que serviam para importações ou no abastecimento de insumos.

Destarte, conforme Bastos (2012), uma das soluções encontradas passou a ser a criação de estatais por parte do governo Vargas, uma vez que a existência de estrangulamento nos diversos setores, como de energia e petróleo, a falta de investimentos por parte das empresas privadas por razão das incertezas, dos momentos de crises, tornaram esse feito uma necessidade para que parte desses problemas fossem diminuídos. A exemplo disso, Zaluth Bastos e Fonseca (2012) apontam que o governo Vargas, com suas ideias desenvolvimentistas e intervencionistas, efetiva a criação de estatais, projetos ou auxílios, como a Petrobras, projeto para a elaboração da Eletrobras, implementação do Fundo Federal de Eletrificação e o Plano do Carvão.

Outros pontos para o desenvolvimento foram criados durante esse governo, casos de: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Nordeste do Brasil, aumento de crédito para agrícolas, melhoria nas estruturas do Vale do Rio Doce, na Companhia Siderúrgica Nacional, e na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Bastos; Fonseca, 2012).

2.3 Política Econômica

No que diz respeito à política econômica brasileira, referente à ideia de desenvolvimento econômico, a introdução desse novo sistema, cobiçada pelo governo desenvolvimentista de Vargas, foi algo com a visão de desenvolvimento nacional, com incremento de estatais, maior intervenção do Estado, incentivo referente ao mercado nacional e medidas protecionistas para resguardar o mercado brasileiro da concorrência internacional e crescer a indústria interna, conforme Bastos (2009). Essa ideia não foi buscada apenas por esse governo, posteriormente apareceram outros governantes que pensavam em desenvolvimento econômico e social, entretanto com métodos e políticas diversas.

Um dos posteriores a Vargas e fundamental para esse entendimento foi o governo de JK. De acordo com Couto (2011), as políticas desse governo tiveram o objetivo de investir na infraestrutura, focando na energia, nos transportes, nas indústrias de base, na educação e na de alimentação. Alguns exemplos de melhorias das infraestruturas que foram afetadas e, ou, geradas, ainda de acordo com o autor, foram os setores de: energia, a nuclear, elétrica ou o carvão; refinis de petróleo; as indústrias base, como a exportação de ferro, veículos com motores, máquinas pesadas, equipamentos com eletricidade; e a construção da nova capital do Brasil, Brasília, entre outros.

Em virtude de tais medidas políticas econômicas, trouxemos tabelas referentes aos anos de 1920 a 1959, que demonstram as mudanças que ocorreram na economia brasileira relacionada à industrialização nacional.

Dessa forma, desenvolvida por Suzigan (1973), a tabela 1, apresenta dados relacionados à produção industrial do Brasil, produto nacional bruto, renda nacional real bruta e a importação de bens de capital para a indústria.

Tabela 1 – Brasil: taxas anuais de crescimento de indicadores econômicos selecionados, 1920/52

Ano	Produção Industrial (%)	Produto Nacional Bruto (%)	Renda Nacional Real Bruta (%)	Importação de Bens de Capital para a Indústria (%)
1920/22	6,2	3,2	5,4	12,3
1923/26	0,0	1,3	4,3	14,0
1927/28	8,0	12,4	11,0	-7,2
1929/32	0,0	0,3	-1,8	-31,7
1933/36	14,1	7,4	5,9	41,0
1937/41	8,3	4,5	4,2	-5,5
1942/45	4,3	1,8	2,4	-1,1
1946/47	9,3	5,7	6,9	63,7
1948/52	8,8	7,0	7,9	9,6

Fonte: Adaptado de Wilson Suzigan (1973).

Inicialmente, durante o período de 1920 a 1932, principalmente em 1929, os dados apresentados ficam bem abaixo na produção industrial e na importação de bens de capital para o industrial, se comparado ao recorte de 1933 a 1936. Enquanto as importações de bens de capital possuíam -31,7% durante o momento inicial da Grande Depressão, 1929 a 1932, após planos formulados pelo governo Vargas há um aumento para 41%, durante o acumulado dos anos de 1933 a 1936.

Suzigan (1973) ainda aponta que o Brasil teve grande aumento no crescimento industrial, dos anos 1930 até parte dos anos 1950, diferentemente dos anos 1920, momento em que o crescimento havia reduzido. Assim, o autor afirma que alguns dos motivos para que durante o período de 1920 até o final daquela década ter sido retardado, além das crises, ocorre por falta de política econômica que buscasse desenvolver a industrialização.

Fonseca (2009) aponta que durante o período de 1930, principalmente em 1933, o Brasil passou por uma expansão industrial importante. Ele afirma que um dos motivos foi a crise da agroexportação, que abriu possibilidades para o mercado interno, juntamente com a política favorável do governo daquela época. O autor ainda informa que foi durante esse período que o Processo de Substituição de Importações⁴ viera a ser iniciado e efetivado de fato.

⁴ Segundo Fonseca (2009), a substituição de importações é a situação em que o país começa a produzir nacionalmente o que antes era importado, de maneira a diminuir a dependência externa e buscar incentivar o mercado nacional.

Suzigan (1973) constata que a industrialização se inicia pelas necessidades que surgem para importações por conta da Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. Esse problema é um agravante no desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que está alicerçado sobre o modelo agrícola-exportador.

Cano (1998) faz uma constatação equiparada sobre o Brasil, afirmando que a nação teve, até parte da década de 1930, restrições na sua capacidade de importações por conta desses acontecimentos, citando a Segunda Guerra Mundial. Isso poderia explicar a queda crescente na quantidade de importações de bens de capital para a indústria.

A tabela 2 apresenta a concentração industrial localizada em São Paulo e compara com a do Brasil e suas regiões, entre períodos de 1919 a 1970, entretanto a nossa adaptação vai até 1959.

Tabela 2 – Indicadores de Tendências de Concentração da Indústria de Transformação: Relação na Produção Industrial e na População Total e Urbana.

I - Concentração Indústria/População Total		Anos			
Regiões	1919	1939	1949	1959	
Brasil	1	1	1	1	
Brasil – SP	0,779	0,719	0,62	0,543	
SP	2,253	2,332	2,78	3,042	
GB	5,714	4,696	3,057	2,21	
NO	0,34	0,31	0,197	0,245	
NE	0,349	0,311	0,266	0,218	

II - Concentração Indústria/População Urbana		Anos			
Regiões	1919	1939	1949	1959	
Brasil	1	1	1	1	
Brasil – SP	0,878	0,788	0,687	0,596	
SP	1,374	1,65	1,91	2,18	
GB	1,831	1,702	1,138	1,02	
NO	0,5	0,344	0,226	0,29	
NE	0,489	0,416	0,364	0,287	
SUL	1,431	1,114	1,073	0,886	

Fonte: Adaptado de Wilson Cano (1981).

De acordo com Cano (1981), a comparação foi efetuada entre efetivo industrial de cada região, sendo sua participação relativa à população total e população urbana, utilizando as comparações dos valores de transformação industrial através de bases reais, ou seja, com preços constantes de 1939 (Cano, 1981).

O autor supracitado identifica que São Paulo (SP) nos anos de 1939 possuía alta produção, o único estado que conseguia superá-lo era o da Guanabara (GB). Porém, quando analisado o ano de 1919, nota-se que os números de produção seriam apenas superados por Guanabara em 1939 (1,9 vezes). Ademais, o Nordeste viera a apresentar nesse ano uma produção semelhante à paulista de 1919. Enquanto em 1939 o agregado do Brasil, excluindo São Paulo, possuiria um nível de produção de 5,6 vezes maior sobre o que foi constatado em território paulista de 1919. Entretanto, no ano de 1939, este já havia multiplicado em 3,8 vezes a sua própria produção de 1919.

O autor ainda apresenta que os níveis de produção alcançados por SP em 1939 não conseguiram serem batidos em 1949 por outros estados, apenas Guanabara (1,2 vezes a mais) em 1959.

Entretanto, ele observa que SP, quando comparado seu agregado de 1919 com os do Nordeste de 1939 e Guanabara do mesmo ano, havia sido superada em sua produção. O Nordeste em 1939 teve 1,2 vezes a mais da produção, enquanto Guanabara teve 1,9 vezes.

Em decorrência, sobre a tabela estabelecida por Cano (1981), devemos observar que de modo geral São Paulo foi a localidade que mais se destacou em relação à concentração industrial, seja por população total ou por população urbana. Com exceção da região Norte em 1959, todas as outras regiões expostas na tabela não tiveram aumento se comparado ao período anterior (1949). Enquanto São Paulo tinha cada vez mais aumentos de sua concentração, as outras localidades tinham diminuições significativas.

Existem diversas explicações em relação à concentração industrial em SP, porém a que destacamos foi referente a Cano (1998). O autor aponta que durante o período de 1870 o estado de São Paulo introduziu redes de ferrovias em terras, além de acrescentar máquinas. O fato é que as redes ferroviárias e as maquinarias foram determinantes para a redução de custos de produção e transporte, o que aumentou a margem de lucro, adicionando também mais acumulação de capital e abrindo possibilidades para o aumento desse acúmulo.

Além disso, para haver de fato grande acúmulo de capital, houve a necessidade de aumentar ainda mais a mão de obra. Em contrapartida, a mão de obra estava escassa por razão da abolição do tráfico negreiro, então uma forma encontrada para sanar esse problema foi o financiamento estabelecido pelo Estado, juntamente com capitalistas, para assim organizarem e financiarem imigrações de europeus expulsos de suas terras. Diante disso, o que aconteceu foi a geração de um mercado de trabalho rico em oferta de café, aumentando também o mercado de bens de consumo, conforme o autor afirma.

Em 1897/1908, a crise cafeeira permitiu que terras dos cafés que eram velhas e não eram produtivas fossem fracionadas e assim incentivou o surgimento da agricultura que produzia outros alimentos, fazendo com que a acumulação se tornasse ainda maior. Essas ações e acontecimentos beneficiaram então o surgimento de

outros fatores de acumulação que não estavam mais apenas no café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústrias, comércios, entre outros, que se concentraram, principalmente, na região de São Paulo.

Entre os anos de 1897 e 1913, retirados os anos da crise, surgiu a indústria de São Paulo com altas margens de lucro, tendo durante esse período o auge cafeeiro, tornando possível o aumento da indústria de SP. Ela foi beneficiada ainda mais durante o período da primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), quando o comércio internacional começou a diminuir, fazendo com que exportações e importações fossem reduzidas, porém desenvolvendo ainda mais as indústrias e agriculturas do estado, com este abastecendo o mercado nacional até determinado ponto.

A tabela 3 complementa a anterior, nos mostrando que tanto o Nordeste quanto o Sudeste possuíam grade população e distribuição populacional entre 1920/50.

Tabela 3 - População e Distribuição da população pelas Grandes Regiões nos Censos Demográficos (1920 – 1950)

Censo de 1920		
Grandes Regiões	População	Distribuição da população (%)
Brasil	30635605	100
Norte	1439052	4,7
Nordeste	11245921	36,7
Sudeste	13654934	44,6
Sul	3537167	11,6
Centro-Oeste	758531	2,5
Censo de 1940		
Grandes Regiões	População	Distribuição da população (%)
Brasil	41236315	100
Norte	1627608	4
Nordeste	14434080	35
Sudeste	18345831	44,5
Sul	5735305	13,9
Centro-Oeste	1093491	2,7
Censo de 1950		
Grandes Regiões	População	Distribuição da população (%)
Brasil	51944397	100
Norte	2048696	3,9
Nordeste	17973413	34,6
Sudeste	22548494	43,4
Sul	7840870	15,1
Centro-Oeste	1532924	3

Fonte: IBGE (2025)⁵

Entretanto, conforme dados anteriores, notamos que ainda assim apenas uma dessas regiões possuía grande industrialização, o Sudeste. São Paulo conseguiu reter a grande parte da industrialização brasileira, enquanto representa os grandes índices de concentração existentes no Sudeste do país.

Apesar do Nordeste ter grande população, com cerca de 36,7% em 1920, 35% em 1940 e 34,6% em 1950, tendo sido a segunda região mais populosa do Brasil, ficando apenas atrás do Sudeste, isso não significou ter grande porte para a

⁵ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286>. Acesso em: 12 maio 2025.

industrialização nacional. Sua concentração era até mesmo mais baixa que a região Sul, que tinha sua população abaixo da região em comparação. A exemplo mais atual dos dados apresentados, em 1950 possuíam 15,1% da população brasileira, duas vezes menos populosa que a do Nordeste, entretanto era a maior concentração industrial.

Como apontado por Cano (1981), São Paulo modernizou e diversificou sua indústria, contudo, o mesmo não aconteceu com o restante do país. Não acontece tanto por falta de oportunidade, como também por políticas firmadas em determinadas regiões, que foram beneficiadas.

Nessa perspectiva, São Paulo foi beneficiada em razão dos investimentos que foram feitas nesse território com o objetivo de acumular mais capital, com redução de custos e aumento da mão de obra, permitindo a criação de um novo mercado agropecuário e de maior consumo, além de fazer com que a economia girasse mais uma vez quando houve aumento da produção junto com o consumo, ou seja, bens e serviços anuais foram acrescentados para o país.

Contudo, o que se observa não é a busca pelo desenvolvimento, mas sim o encontro de mais acumulação de capital sem que outras regiões sejam favorecidas, acarretando assim a centralização do capital e de uma indústria forte em São Paulo, sem espaço para concorrência de outras regiões, as quais deveriam então se adaptar à situação.

Assim, percebemos que o país passou por períodos históricos em que determinadas políticas públicas, ou a falta delas, colaboraram para que pudesse se desenvolver e moldar sua trajetória para o cenário econômico que vemos hoje.

Como vimos, o governo desenvolvimentista de Vargas (1930-1945) priorizou o fortalecimento das indústrias nacionais com o propósito de promover o desenvolvimento econômico no país e assim diminuir a dependência sobre as importações, gerar mais empregos e ampliar a produção interna. Considerou-se que a industrialização possuía um papel significativo sobre a modernização da economia do país e a tornaria assim mais competitiva. Por essa perspectiva, o governo dispôs de políticas que implementaram medidas protecionistas para resguardar a indústria nacional e incentivar os investimentos em infraestrutura destas.

Nesse sentido, a industrialização e o mercado nacional foram assuntos consideráveis para o desenvolvimento econômico, bem como ajustes fomentados

pela intervenção do Estado. No entanto, essa industrialização ficou vista como restringida, isso porque a tecnologia ainda era limitada e com capacidade ociosa⁶, ou seja, ainda não existia uma infraestrutura boa o suficiente para atender ao mercado nacional e que foi sobretudo centralizada na região Sudeste.

⁶ Capacidade ociosa é um indicativo sobre quanto um país ou indústria pode produzir ao máximo, menos a quantidade produzida de fato. Como exemplo, um país tem a capacidade de produzir igual a x, seu máximo, mas produz apenas uma quantidade menor que x, abaixo de sua capacidade máxima. O ideal é não ter capacidade ociosa.

3 A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA E O GOVERNO CÍVICO-MILITAR

Este capítulo tratará do processo de industrialização pesada no Brasil, que se instaura durante a ditadura militar, mas com elementos já iniciados em governos anteriores.

3.1 Industrialização Pesada: Instauração pelos governos militares

A instauração dos governos militares, estabelecida com o golpe em 1964, indica uma ruptura na história política brasileira, afetando diretamente as políticas econômicas e industriais do país. Nesse sentido, é fundamental determinar uma síntese geral sobre alguns dos principais governos antecessores para, deste modo, formar uma base de compreensão sobre a industrialização pesada⁷ brasileira propositada pela busca do desenvolvimento nacional. E, assim, compreender as modificações centrais realizadas durante o Governo cívico-militar e seus resultados na economia nacional.

Inicialmente, um dos principais governos a serem abordados é o de 1956/61, com a gestão Juscelino Kubitschek (JK). Aarão (2014) trata sobre este governo e cita seu lema político de desenvolvimento do Brasil de “50 anos em 5”. A proposta se baseou em intervencionismo estatal, investimentos em infraestrutura (Plano de Metas) e incentivos aos capitais internacionais. Por essa perspectiva, o autor faz um breve comparativo entre o governo JK e o último mandato do governo Vargas. Embora partilhassem similaridades em alguns aspectos no desenvolvimento, como o intervencionismo e a infraestrutura, os incentivos aos capitais internacionais direcionavam a um modelo de estruturação diferente de desenvolvimento.

Essa diferenciação pode ser compreendida através de Campos (2017). O autor expressa que o desenvolvimento capitalista brasileiro, nos anos de 1950, aderiu a regras referidas ao investimento direto estrangeiro (IDE), culminando na elaboração da Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)⁸, pelo governo Café Filho (1954/55) e, posteriormente, fortemente adotada pelo governo JK.

⁷ A industrialização pesada tem como uma de suas características: a extração e transformação da matéria-prima. A exemplo: Indústria Siderúrgica, que fabrica e transforma metais.

⁸ Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC (atual Banco Central).

Nesse sentido, a Instrução nº 113 da SUMOC cumpriu um papel fundamental para o governo, proporcionando a entrada ampla do capital internacional sem cobertura cambial no decorrer do Plano de Metas, tornando-se um divisor entre as possíveis diferenças do padrão de desenvolvimento do governo JK e Vargas.

Bastos (2014) complementa, informando sobre o Plano de Metas. O autor indica que a conjuntura econômica⁹, no início dos anos 1960, teria sido impactada pela consumação dos investimentos propostos no Plano de Metas do governo JK. Isso ocasionou, por conseguinte, uma mudança estrutural na economia brasileira, uma vez que difundiu novas indústrias de materiais elétricos, de transportes e mecânicas, avolumou os ramos de insumos vistos como básicos, da infraestrutura de transporte e de energia.

Esse plano trouxe o país para um patamar superior em desenvolvimento produtivo, com o aumento rápido da implementação do progresso técnico. Assim, grande parte de bens de capital e de insumos básicos que eram necessários foram produzidos nacionalmente, podendo, por conseguinte, aumentar a possibilidade de exportações dos manufaturados. Entretanto, de acordo com o autor, o êxito do Plano de Metas veio acompanhado de problemas macroeconômicos sensíveis.

Dentre esses problemas, Bastos (2014, p. 3) aponta a formação de “[...] oligopólios industriais dominados por filiais estrangeiras que se constituíram no Plano de Metas. Souza (2008) corrobora, destacando a concentração de renda atribuída ao governo JK. Este autor aponta que um dos motivos para essa alta concentração estava associado ao crescimento do capital externo dentro do país. As indústrias estrangeiras buscavam lucros maiores que aqueles que poderiam obter em seus respectivos países e maior que a média nacional. A razão era que “precisavam” de uma taxa de retorno que permitisse ao mesmo tempo o envio deste lucro para sua matriz no país de origem, no exterior, e a aplicação deste na filial do país a qual estavam hospedados, no caso o Brasil, para conservar o crescimento dos próprios negócios. Vista disso, pressões foram realizadas para que os salários reais fossem controlados e não aumentassem conforme a produção industrial.

Por essa razão, mesmo havendo aumentos reais do salário na primeira metade do governo JK, a partir da segunda metade o salário real estagnou. A

⁹ Conjuntura econômica é o estado atual dos indicadores econômicos, como a inflação, empregos, renda, juros, setor externo, entre outros.

produção da indústria crescia mais que o salário real médio dos operários. O crescimento desse salário, de 1955 a 1962, era de 12,3%, enquanto a produtividade era 72,8% (Souza, 2008).

Nesse escopo, enquanto diminuía o salário real na renda do país, simultaneamente crescia a taxa de lucro, possibilitando a expansão da capacidade de investimento das empresas e a condição de consumo individual dos empresários. Ampliava ainda, portanto, a remuneração da classe assalariada conectada à administração das empresas e do Estado. Porém, de forma a diminuir o salário-mínimo real e fixando o salário médio real dos assalariados operários do setor industrial, de 1957 a 1962 (Souza, 2008).

Para Bastos (2014), outro problema passou a ser assegurar a demanda agregada após a evolução dos investimentos. Além deste, também o desequilíbrio instável da balança de pagamentos, dado que durante o Plano de Metas as exportações caíram em cerca de 20% acumulado, “[...] sobretudo porque o café entrou em nova fase de declínio de preços” (Bastos, 2014, p. 3). Enquanto, em contrapartida, as importações de bens de capital juntamente com os de insumos básicos seguiam aumentando, posto que eram financiados demasiadamente através do capital externo direto e de créditos comerciais. Desse modo, quando o Plano de Metas foi concluído houve grande redução no fluxo de financiamento junto ao ciclo de investimentos, acarretando a reversão do fluxo. Isto significa que as reservas cambiais limitadas foram pressionadas junto à taxa de câmbio da moeda pelas remessas de juros, dividendos e lucros, durante a primeira metade dos anos de 1960, causando o desequilíbrio cambial.

Por fim, outro problema foi o crescimento inflacionário. Com o desequilíbrio cambial e o crescimento da inflação, uma crise nacional ia se ampliando, em virtude de que o Brasil dependia de insumos importados e possuía vínculo com produtos exportados a preços internacionais.

A tabela 4 a seguir condensa os resultados anuais gerados pelo modelo econômico do governo JK.

Tabela 4 – Crescimento do PIB, Indústria e Inflação por Ano (%)

Ano	PIB	Indústria	Inflação
1955	8,8	11,1	23
1956	2,9	5,5	21
1957	7,7	5,4	16,1
1958	10,8	16,8	14,8
1959	9,8	12,9	39,2
1960	9,4	10,6	29,5
1961	8,6	11,1	33,2

Fonte: Adaptado de Souza (2008, p.43)

Em 1956, primeiro ano do governo JK, a taxa do PIB declinou junto com a da indústria, entretanto, também houve redução na taxa de inflação, permitindo que fosse um início de governo aceitável. Já em 1957, verificou-se crescimento do PIB e redução da inflação, refletindo em boa condição econômica. Enquanto em 1958 sucede-se novamente o crescimento do PIB e da indústria, declínio da inflação, sendo um período que beneficiou o desenvolvimento econômico e a expandiu (Souza, 2008).

Entretanto, a partir dos dados de Souza (2008), percebe-se que após os primeiros anos de governo, apesar do PIB não ter variado consideravelmente, a indústria sofreu declínio, em comparação ao ano de 1958. Além disso, a inflação desequilibrou-se, chegando em uma máxima de 39,2% em 1959 e permanecendo com números acima de 29% nos dois últimos anos do seu mandato.

Assim, conforme Bastos (2014), esse novo modelo não satisfazia completamente aos liberais e à esquerda¹⁰. Os primeiros, apesar de apoiarem a entrada do capital internacional, eram contra o intervencionismo. Enquanto a esquerda heterodoxa e os trabalhadores faziam críticas quanto ao “entreguismo”¹¹ e ignoravam o crescimento econômico, uma vez que a inflação estava corroendo o salário das classes das camadas mais populares, além da criação de Brasília ao invés da reforma agrária, como expõe o autor.

Tais fatores colaboraram para que o povo visse a necessidade de haver mudanças e uma nova imagem política, segundo Aarão (2014). Essa imagem foi

¹⁰ A esquerda referida é a com visão heterodoxa, que priorizava aumento dos direitos dos trabalhadores.

¹¹ Prática ou ideia de permitir que entidades internacionais, como empresas, explorem os recursos naturais da nação com o capital estrangeiro.

composta pelo governo Jânio Quadros, de 1961. Eleito e conhecido por seu lema de combate à corrupção, utilizando uma vassoura em alusão a “varrer” a corrupção do Estado brasileiro e destacar a moralidade.

Gambiagi *et al.* (2011, p. 40) colocam que Quadros assumiu o governo com problemas macroeconômicos que foram herdados do governo JK. Como resultado de sua gestão, foram tomadas medidas como:

[...] uma forte desvalorização cambial e a unificação do mercado de câmbio (Instrução 204 da Sumoc), a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo.

Suas medidas foram avaliadas positivamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e por aqueles que eram credores do Brasil. Isso abriu possibilidades para a renegociação da dívida externa do país que estava para vencer entre 1961 e 1965, tornando possível, desse modo, adquirir novos empréstimos com a Europa e com os Estados Unidos (Gambiagi *et al.*, 2011).

Ainda segundo Gambiagi *et al.* (2011), inicialmente, foram projetados planos políticos que visavam o interesse do capital estrangeiro. Para isso, o governo gerenciou a reforma administrativa, visando adaptar o aparelho estatal para esses interesses enquanto comprimia fortemente o salário, por acreditar que a inflação estava relacionada com o aumento do salário nominal.

Para Aarão (2014), tais mudanças afetaram outros setores, gerando descontentamento. Para o setor industrial, por seus planos dificultarem o crédito fácil para estes; aos conservadores devido à sua Política Externa Independente (PEI)¹²; aos trabalhadores, por conta das políticas de austeridade¹³ que reduziam seus salários; e à esquerda, em razão do governo permitir repressões aos movimentos sociais.

Nesse sentido, de acordo com Gambiagi *et al.* (2011), em razão da sua política externa independente, o partido que apoiou Quadros em sua candidatura, União Democrática Nacional (UND), retirou-se do governo. Além disso, parte da população era contra as políticas do arrocho salarial. Da mesma forma, dentro do

¹² Busca por relações que auxiliassem o Brasil ao desenvolvimento, não importando a ideologia política.

¹³ Austeridade: política de ajustes gerada com a redução rigorosa dos gastos públicos. Exemplo: corte de salários, demissões, entre outros.

Congresso o governo não possuía forte apoio, visto que os partidos que se sobressaíam eram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD).

Desse modo, Jânio Quadros renunciou ao seu cargo. Apesar disso, ele acreditava que sua renúncia não seria apoiada pelo Congresso, uma vez que permitiria que essa função fosse passada para seu vice-presidente, João Goulart, que não era bem-visto. Assim, ele voltaria com mais poder e com apoio do povo. Entretanto, sua tentativa foi frustrada e a renúncia foi aceita pelo Congresso e pela população (Gambiagi *et al.*, 2011).

A renúncia de Quadros trouxe a entrada provisória do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, do PSD, em 1961, posto que após a renúncia de Quadros, João Goulart, vice-presidente que deveria ocupar a nova função, visitava a China (Arão, 2014).

Sendo assim, conforme Gambiagi *et al.* (2011), ao retornar para o Brasil houve uma tentativa, por parte dos militares, de impedir que Goulart assumisse o posto de Presidente da República. Entretanto, após negociações, ele pôde assumir a presidência, porém com limitações impostas pelos próprios militares com um outro sistema de governo, o parlamentarismo¹⁴, que durou até 1963. Todavia, esse sistema foi encerrado com a antecipação do plebiscito¹⁵ que era previsto para o ano de 1965. A antecipação foi em razão das pressões que aconteciam por parte da sociedade, com seus movimentos de greve. Desse modo, a maioria dos votantes preferiram a volta do sistema presidencial.

De acordo com Giambiagi *et al.* (2011), apesar das oposições, o governo Goulart buscou concretizar planos e metas para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro. Souza (2008) destaca que um dos planos do novo presidente, o Plano Trienal, proposto pelo ministro de Planejamento, Celso Furtado, juntamente com sua equipe, foi estimulado como forma de combater a diminuição da taxa do crescimento econômico e aumento da inflação.

De acordo com o autor, em 1962, a taxa de crescimento havia diminuído para 6,6%, enquanto a porcentagem do ano anterior era de 8,6%; uma perda de 2,0%.

¹⁴ No sistema parlamentarista a função de chefe de Governo é pertencente ao Primeiro-Ministro.

¹⁵ Consulta feita à população que se posiciona através da votação.

Nesse decorrer, a inflação chegava a 6,3%, com aumentos entre 100% ou mais ao final do ano de 1962. Desta forma, o objetivo geral era o combate à inflação, busca pelo crescimento econômico e reformas sociais, de modo que todas fossem conciliadas.

Quanto aos objetivos específicos, estes foram divididos em cinco. O primeiro era garantir que a taxa de crescimento do PIB fosse de 7% ao ano, com médias semelhantes às dos anos antecessores. O segundo, diminuir a taxa de inflação que beirava aos 25% em 1963, buscando atingir os 10% em 1965. Quanto ao terceiro, seria garantir o crescimento do salário real, indo de acordo com a mesma taxa de produtividade. Em quarto, concretizar a reforma agrária como medida para solucionar tanto a crise social, como para aumentar o consumo dos vários ramos industriais. E, por fim, o quinto tinha como objetivo renegociar a dívida externa visando reduzir a pressão que existia sobre o balanço de pagamentos (Gambiagi *et al.*, 2011).

Entretanto, o Plano Trienal não foi bem recebido pela maioria, parte da direita contestava medidas vistas como distributivas e inflacionárias, enquanto parte da esquerda discordava de medidas para tomar controle da inflação, as quais acreditavam que gerariam consequências maiores para a classe trabalhadora, de acordo com Aarão (2008). Sendo assim, o plano foi abandonado e posteriormente propostas as Reformas de Base, que adotavam no campo econômico diversas medidas.

De acordo com Souza (2008), a Instrução nº 242 da SUMOC eliminou privilégios da Instrução nº 113, que permitia que o capital estrangeiro trouxesse máquinas ultrapassadas sem cobertura cambial. Essa medida beneficiou a indústria nacional de bens de capital.

Foram adotadas também outras medidas, como: i) barrar o registro de financiamento internacional para a importação tanto de máquinas como de equipamentos, caso estes fossem possíveis de serem fabricados na indústria nacional; ii) introduzir a Eletrobras para englobar o setor completo de eletricidade; iii) validar duas leis, que criaram a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Conselho Nacional de Telecomunicações, para assim garantir o domínio estatal nas áreas de pesquisa, em lavra de jazidas e comércio de minérios nucleares; e, iv), decretar aumento de 100% do salário-mínimo, ampliar direitos trabalhistas e estabelecer o 13º salário (Souza, 2008).

Ainda assim, tais reformas não eram integralmente aceitas. Conforme Bastos (2014), as preocupações e oposições aos planos do governo Goulart vinham desde o último mandato do governo Vargas (1954), onde Goulart como Ministro do Trabalho gerou preocupações para a oposição. Um de seus propósitos era dobrar o salário-mínimo. Porém, foi pressionado por opositores e precisou deixar seu cargo. Em 1964, Goulart como presidente retoma a proposta de dobrar o salário-mínimo.

Segundo Bastos (2014), as insatisfações dos militares e de parte da classe média teriam sido geradas pela influência que a classe trabalhadora com pouca qualificação tinha durante o governo Vargas, além da pressão inflacionária existente. Ademais, os militares ainda possuíam uma visão hierárquica sobre a estratificação social e redistribuição de renda. Sendo assim, nos governos Vargas e Goulart os militares foram contra o aumento do salário-mínimo pela forma de como afetaria não apenas a economia, mas também as classes sociais.

Quanto às mudanças, Bastos (2014) acrescenta o exemplo do Distrito Federal, onde o aumento do salário-mínimo equipararia a um salário do nível de segundo-tenente do Exército. Supostamente, isso poderia fazer com que os custos dos serviços em áreas urbanas ficassem mais caros, assim como os produtos industriais que ele dita como intensos do trabalho. Empresários de médio e pequeno porte também foram contra, pois seriam afetados ao ponto de mudarem seus status sociais e padrão de consumo mais atrativo em comparação aos trabalhadores que não possuíam qualificação.

Por essa perspectiva, as reformas e suas propostas não foram bem-vistas internamente. Nem externamente, pois o Brasil havia proposto reformas para gerir empresas privadas de petróleo, entre outras. Assim sendo, o governo estadunidense puniu o Brasil, bloqueando créditos externos e sugerindo que aderissem às imposições do FMI. Entretanto, mesmo pressionado, o governo Goulart seguia com suas propostas de reformas, porém sem conseguir completá-las. Souza (2008) indica que isso ocorreu porque havia tensões que foram geradas durante anos, trocas de governos, diversas medidas econômicas, sociais e políticas, reformas de base e imposições. A junção desses acontecimentos expandiu tanto a divisão social existente no Brasil, como também ideológica, ampliando fragilidades.

Assim, através de um golpe de Estado, em 1964, a política brasileira sofre uma ruptura. Os militares impõem um novo governo, com Castello Branco como

Presidente. Consequentemente, o governo Castelo Branco (1964/67) implanta uma política distinta do governo antecessor, através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Macarini (2000) apresenta a primeira fase do governo cívico-militar com o PAEG – 1964/66. O principal objetivo era reduzir a inflação que seguia aumentando, sendo prioridade. Por essa razão, o autor relata que os condutores do PAEG possuíam como perspectiva que o crescimento em excesso da demanda agregada seria a essência para a configuração de uma inflação de demanda. Os fatores que causaram tal comportamento na demanda residiam no desequilíbrio orçamentário e na ampliação do crédito, acompanhados pelo aumento da movimentação dos salários nominais. A solução buscada, de acordo com Lessa (1998), foi a implementação da política de estabilização do PAEG.

O programa conseguiu diminuir os déficits fiscais quase que por completo. Entretanto, adotando medidas que reduziram consideravelmente o salário real, contiveram o crédito, aumentaram tarifas públicas e excluíram diversos subsídios, entre outros. Essas medidas reduziram a inflação, porém, o poder de compra dos salários foi afetado de forma negativa, o desemprego aumentou, bem como a concentração de renda.

De acordo com Lessa (1998), logo no começo do governo Castelo Branco, em 1964, foram estabelecidas metas para a inflação, cerca de 10% a.a. para 1966. Porém no último ano citado as metas não foram alcançadas, tendo um crescimento inflacionário de aproximadamente 40%. Nos anos de 1950, a média da inflação havia sido de 20% a.a, aproximadamente. Isso levou a compreender que a política de austeridade, que teve liberdade durante três anos, não havia sido exitosa.

O autor ainda destaca que, posteriormente, foram encontrados problemas no plano do governo Castelo Branco por Delfim Netto¹⁶ e sua equipe referente à política realizada, pois levou-se apenas em consideração a demanda, deixando de lado composições de custos que cresceram como resultado da própria política de estabilização.

Consequentemente, esse padrão de industrialização não foi bem aceito, sendo um dos motivos para a substituição do governo Castelo Branco para o de Arthur

¹⁶ Delfim Netto, Ministro da Fazenda do Brasil – 1967/74.

da Costa e Silva (1967/69) e, posteriormente, Emílio Médici (1969/74). Iniciou-se, assim, o período do “Milagre Brasileiro” ou “Milagre Econômico” (1967/74).

Cano (2004) apresenta que em 1968 o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que durou até 1970, constatou que o projeto antecessor (do PAEG) possuía o padrão de industrialização insuficiente, pois não assegurava o desenvolvimento com autossustentação, o que era necessário para superar o atraso econômico existente da nação.

Nesse sentido, conforme Cano (2004), o regime autoritário desse período implementou múltiplas reformas institucionais e econômicas visando combater problemas de gestões antecessoras. O autor levanta exemplos das soluções buscadas, como reformas nos sistemas monetário, financeiro e tributário. Além da elaboração da correção monetária relacionada a títulos públicos e privados e a formação do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Houve ainda a fundação de um novo banco, o Banco Nacional da Habitação, para viabilizar o financiamento da política habitacional. Por fim, houve um Acordo de Garantia de Investimento assinado em conjunto com o governo estadunidense.

Dessa forma, Cano (2004), ressalta que a inflação ocasionada pelos governos anteriores, inclusive da primeira fase do Governo cívico-militar, foi contida, através das reformas para a economia, saindo assim de uma crise e iniciando um novo período de alto crescimento, entre o período de 1967 a 1974.

De acordo com Cano (2004) o período que ficou conhecido como “Milagre brasileiro” obteve altas taxas médias de crescimento do PIB, cerca de 9,3%; e aumento da indústria de transformação, chegando a 12,5%. Também obteve grande ampliação da taxa de investimentos e de empregos, além das transformações referentes às estruturas que surgiram como resultado destes.

Entretanto, apesar de números positivos, também houve resultados negativos, um deles o desequilíbrio da balança de pagamentos. Conforme Cano (2004), o governo do “Milagre brasileiro” tinha como política conservar a taxa de inversão da economia nos níveis mais altos, o que requereu maiores quantidades de importações de bens de capital e de insumos básicos, permitindo com que o desequilíbrio do balanço de pagamentos fosse agravado, uma vez que de 1969 a 1972 as importações de bens de capital representavam em média 40% dos índices completo das importações.

As políticas realizadas aumentaram os importados, dentre os quais o petróleo e seus derivados tiveram grande aumento, corroborando para o crescimento da dívida externa:

[...] as importações líquidas (deduzidas as exportações) de petróleo e derivados passam de US\$ 306 milhões em 1971, para US\$ 654 milhões em 1973 e para US\$ 2.767 milhões em 1974. A dívida externa bruta saltava de US\$ 6,6 bilhões em 1971 para US\$ 10,2 bilhões em 1972, para US\$ 12,6 bilhões em 1973 e US\$ 17,2 bilhões em 1974 (Cano, 2004, p. 5).

Assim, Cano (2004) constata que a dívida subiu da média de US\$ 3,0 bilhões, durante o período de 1964/67, para US\$ 10,2 bilhões, antes mesmo de haver o “Choque do Petróleo”¹⁷ e o choque de juros.

A tabela 5 sintetiza e compara a média dos principais dados econômicos dos anos de 1964-67 com a dos anos de 1968-73.

Tabela 5 – Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1964-1973 (médias anuais por período)

Indicadores	1964-67	1968-73
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	45,5	19,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,5	19,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,1	24,6
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	2,7	27,5
Balança comercial (US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	15	-1.198

Fonte: Adaptado de Gambiagi et al. (2011, p. 59).

¹⁷ Crise que aconteceu nos 70, com a descoberta que o petróleo era um bem não-renovável.

Percebe-se que o último período, em comparação com 1964-67, obteve crescimento econômico anual do PIB mais que dobrado, alta taxa de crescimento das exportações de bens e de importações de bens, redução na inflação, entretanto com um balanço comercial nulo e saldo negativo na conta corrente (Gambiagi *et al.*, 2011).

De acordo com Cano (2004), nos anos de 1974 a 1976, em busca do crescimento, o governo elaborou novas diretrizes para a economia brasileira, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A sua principal função seria a inserção, ampliação e modernização dos setores vistos como estratégicos para que dessa forma houvesse crescimento e um possível impedimento do desequilíbrio da balança comercial. Por essa razão, o autor faz um levantamento sobre os setores contemplados. Um deles é o de insumos básicos, por exemplo: o aço, energia (incluindo a nuclear) e químicos. Outro exemplo de setor é o de bens de capital. Este que possuía capacidade de produção volumosa, sendo essa a razão para ser o setor mais afetado no intensificar da crise¹⁸.

Para a linha de pensamento do Governo Cívico-militar, a maior liberdade econômica para entradas do capital internacional ampliaria a indústria, mesmo que fosse estrangeira, no Brasil. Nesse sentido, o II PND, padrão de industrialização, expandia uma política industrial focada na realização de uma definição permanente para o perfil industrial brasileiro. Essas mudanças implicariam nas indústrias básicas, como no setor de eletrônica pesada e bens de capital e na indústria de insumos básicos, com o intuito de substituir importações e gerar novos avanços de exportação, caso houvesse possibilidade. Assim, o autor cita que as prioridades desses setores concluíram tanto a industrialização pesada, como acrescentaram uma nova proposta do padrão de industrialização, mudando a alocação de recursos em diversas dimensões, sendo tanto setoriais, regionais, como sociais. A exemplo dessa nova alocação, Lessa (2008) ressalta os setores de bens de produção, que seriam líderes na ampliação industrial da economia brasileira, guiando e acrescentando sentido ao seu movimento dinâmico.

Gambiagi *et al.* (2011) apontam que os efeitos do II PND foram notórios, com a quantidade de exportações que seguiram aumentando regularmente a partir de 1978. Além disso, a partir desse ano também houve aumento real das exportações,

¹⁸ Cano (2007) refere-se à crise que aconteceu em 1980, a qual será citada posteriormente.

que se tornaram maiores que a taxa de crescimento real do PIB. Em ambas é excluída apenas o ano de 1982¹⁹.

A síntese dessas ideias pode ser reforçada de acordo com Cano (2007). O autor cita que entre 1967 e 1980 o crescimento econômico acelerou com intensidade por conta da indústria de transformação que crescia em uma média anual de 9,8%, aumentando em conjunto sua participação no PIB, chegando em 31%. Enquanto isso, os bens de produção já alcançavam 50%. Quanto às exportações, aumentaram sua diversidade com a incorporação de vários produtos manufaturados. Estes que possuíam em 1964 uma participação de 6%, chegando a 45% em 1980.

Vista disso, a tentativa de tornar o país uma potência econômica mundial, enquanto esbanjava do endividamento, com descuido do desequilíbrio do balanço de pagamentos, trouxe consequências críticas a partir de 1980, como o baixo crescimento da renda, do consumo e de empregos, conforme Cano (2007). Entretanto, para entender tais consequências alertadas pelo autor, primeiro devemos ter compreensão sobre fatores externos que afetaram a economia brasileira.

Cano (2007) aponta alguns desses fatores, como as políticas adotadas pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) no final de 1979, dado às pressões impostas pelas grandes potências para que reprimissem a inflação e cuidassem do desequilíbrio fiscal e comercial. A taxa básica de juros estadunidense, antes em 7%, teve um aumento considerável para 21%. Esse aumento foi uma das medidas que permitiram que os EUA conseguissem reverter seu quadro, valorizando, desse modo, tanto o dólar como sua economia. Entretanto, resultando aos países endividados e subdesenvolvidos quebras financeiras.

Cano (2007) cita ainda outro fator externo: a política proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na década de 80, que foi para que os países devedores, inclusive o Brasil, realizassem ajustes monetários no balanço de pagamentos. Todavia, as principais medidas estariam centralizadas nos cortes de gastos públicos, como a redução salarial tanto da moeda quanto do crédito, e a desvalorização do câmbio.

Por conseguinte, as medidas internas adotadas pelo governo brasileiro, além de externas do governo estadunidense e do FMI, refletiram diretamente sobre a

¹⁹ 1982 é exceção por ser o período do choque do petróleo, junto com o aumento dos juros externos (Gambiagi *et al.*, 2011).

economia brasileira. Cano (2007) destaca as consequências que foram geradas em razão disso, como o pouco crescimento da renda, redução no consumo, diminuição de empregos, corte nas importações de produtos, declínio do investimento privado e público e aumento da taxa de juros. Em razão do aumento da taxa de juros, o consumo interno foi reduzido, enquanto as exportações eram estimuladas. Por essa perspectiva, o autor ressalta que, apesar do aumento de produtos exportados chegarem a 55% em 1985, esse mercado ainda assim era insuficiente para ao menos pagar os juros das dívidas que cresceram rapidamente. Não apenas isso, mas a taxa de investimento também foi afetada, declinando para 17%. Enquanto isso, a indústria de transformação não teve grande aumento em sua média anual, uma vez que entre 1980 e 1989, tinha uma taxa anual média de crescimento de 0,9%, com queda na participação do PIB de cerca de 26%.

Gambiagi *et al.* (2011) sintetizam dados relacionados ao período de 1974/84, resumindo os efeitos dos modelos econômicos citados anteriormente - ver tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1974-1984. Médias anuais por períodos

Indicadores	1974-78	1979-80	1981-83	1984
Crescimento do PIB (% a.a.)	6,7	8	-2,2	5,4
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	37,8	93	129,7	223,9
FBCF (% PIB a preços correntes)	22,3	23,5	22,4	18,9
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	15,3	26,1	2,8	23,3
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	17,2	29,5	-12,4	-9,8
Balança comercial (US\$ milhões)	-2.283	-2.831	2.818,00	13.090,00
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-6.548	-11.724	-11.584	95

Fonte: adaptado de Gambiagi *et al.* (2011, p. 86)

De início, os autores apontam déficits na conta corrente, entretanto, mesmo com déficits há uma reversão na tendência da balança comercial, a qual se tornou superavitária. Isso significa que a balança comercial começou a exportar mais do que importava. Esse resultado foi gerado por três fatores: i) a desvalorização do câmbio, cerca de 30%, nos anos de 1979 e 1983, sugerida por Delfim Netto; ii) a recessão que a economia brasileira passou durante o período de 1981-83, reduzindo importados; iii) incentivo por parte do II PND para substituição de importações, diminuindo ainda mais índices da taxa de crescimento de importações de bens, chegando a uma média de - 12,4%, de 1981 a 1983. Índice este que antes chegava a uma média de 29,5%, nos anos de 1979-80.

3.2 Modelo de desenvolvimento industrial

Durante o período de 1930, cenário histórico da crise mundial, um novo modelo de desenvolvimento industrial foi implementado no Brasil pelo governo Vargas. Esse modelo tinha como um dos seus principais fundamentos o processo de substituição de importações. Segundo Tavares (1977), o início desse processo estava ligado à Grande Depressão, uma vez que causou desequilíbrio externo persistente que rompeu o ajuste existente entre a demanda e a produção interna do modelo de exportação tradicional.

Desta forma, conforme Tavares (1977), a fase inicial do processo de substituições teve a necessidade de atender ao mercado interno não atingido pela crise do setor exportador e protegido pelo governo, quando buscaram aumentar a oferta interna. Ainda de acordo com a autora, para o aumento da oferta interna foram necessárias três condições: i) mais utilização da capacidade de produção já existente; ii) produção de bens e serviços que fossem independentes do setor externo, como serviços prestados pelo governo; iii) implementação de unidades de produção que substituam bens que antes eram importados. Algumas partes da segunda condição citada e a última, se relacionam e fundamentam o processo de desenvolvimento para dentro, interno, a qual foi nomeada como “substituição de importações”.

O modelo de desenvolvimento industrial tentado no Brasil, de 1956 a 1979, pode ser compreendido através de Fajnzylber (1983). O autor aponta mudanças do

novo modelo industrial e linha de pensamento que foram implementadas e aderidas nos diversos países.

As modificações em nível global foram realizadas, de modo geral, durante o período de 1950 a 1975. Conforme Fajnzylber (1983), o rápido crescimento industrial pós-guerra permitiu mudanças estruturais realizadas sobre o setor industrial. Não ficando restringidas a esse, ela se ampliou, modificando outros setores de atividades produtivas. Por exemplo, o setor agrícola teve sua mão de obra extraída para indústrias, acarretando a modernização dos insumos e equipamentos. Outra mudança foi a aparição de atividades que possibilitaram a prestação de serviços importantes para a produção, financiamento de bens industriais e comercialização, o que, consequentemente, auxiliaram na expansão industrial, na urbanização e na modificação da infraestrutura dos transportes e da comunicação.

Para Fajnzylber (1983), as mudanças que foram geradas afetaram empregos e novas funções foram criadas, sendo as da área de serviços a que mais recebeu destaque, surgindo assim uma nova ideia de que a sociedade estava passando de industrial para uma sociedade de serviços. Ou seja, além do fator industrial, acontece um grande aumento das novas funções de empregos na área de serviços, que ganharam mais espaço e relevância. Outra modificação que o autor retoma é referente ao consumo, passando dos bens não duradouros para os duradouros. Entretanto, apesar de já ser considerável nos EUA o consumo destes, nos países semi-industrializados e parte dos avançados ainda estava passando pelo processo.

Relacionando esse modelo ao Brasil, Cardoso e Novais (2009) ponderam. As mudanças realizadas no sistema econômico brasileiro, em 1964, afetaram tanto o modelo econômico de desenvolvimento quanto o político. Outrossim, esse efeito destaca-se ainda mais nos anos de 1967 e 1968.

Para Cano (1981), subsequentemente ao pós-guerra, o Brasil retomou um novo estrangulamento externo que obrigou o país a passar por uma redução em suas importações. Entretanto, produtos considerados indispensáveis para o desenvolvimento, como combustível, equipamentos e matérias-primas ainda eram importados. Desse modo, foi retomada a expansão da indústria de bens de consumo não duráveis, junto com parte do reequipamento, além do incentivo às produtoras de bens de consumo duráveis, em sua maioria montadoras.

Sendo assim, o país passou por uma modificação no padrão de acumulação, nos anos de 1956/61, aumentando, portanto, a velocidade da expansão industrial do setor de bens de produção, além do de consumo durável. Consequentemente, essa expansão permitiu a ampliação da inserção do capital externo oligopolizado. Esse capital trazia capacidade ociosa arquitetada visando a expansão do mercado de São Paulo.

Por esse aspecto, Cardoso e Novais (2009) ponderam mudanças realizadas no sistema econômico brasileiro, em 1964, que afetaram o modelo econômico de desenvolvimento, como também político. Esse efeito fica mais visível nos anos de 1967 e 1968.

De acordo com Cardoso e Novais (2009), dos anos de 1930 até o início da década de 1980, o país tinha conquistado a capacidade de construir uma economia modernizada, sendo ainda mais rápido esse processo durante os anos de 1950 até o término da década de 1970. Para isso, foram implementados padrões de produção e consumo baseados em países desenvolvidos. Nesse sentido, os autores apontam que era fabricado quase tudo. Como o aço, aços especiais na Companhia Siderúrgica Nacional, na Usiminas. Assim como, a Petrobras e suas subsidiárias produziam petróleo, gasolina, óleo diesel, asfalto, plástico, detergente, além de diversos produtos para limpeza. Não apenas isso, mas há também a produção de automóveis, vidros, concretos e crescimento da indústria farmacêutica. Ademais, a dominância em larga escala dos alimentos industrializados, chegando à lata de ervilha, leite em pó e extrato de tomate. Já na industrialização de aparelhos eletrônicos e alto consumo destes, tínhamos TV a cores, ar-condicionado, aspirador em pó e máquina de lavar, entre outros.

No sentido em que a produção e consumo sofriam uma metamorfose, a demografia ia de acordo, ampliando a possibilidade de mão de obra para as indústrias. Conforme Cardoso e Novais (2009), nos anos 1950, cerca de 24% da população rural migrou para as cidades, algo em torno de 8 milhões de pessoas; em 1960, cerca de 36%, 14 milhões de pessoas; em 1970, foram aproximadamente 40%, 17 milhões. Somando-se um total de 39 milhões de pessoas em apenas três décadas.

Essa mudança demográfica foi acarretada, de acordo com os autores, em razão das dificuldades existentes na zona rural, como falta de alimentos, dificuldades para tratamento em caso de doenças, remédios caros, esgotamento do solo, terras

de qualidade ocupadas por latifundiários, entre outras existentes. Assim, a soma desses problemas, juntamente com o investimento realizados na construção de estradas, infraestrutura no sentido econômico e social (abrindo espaço para a eletricidade, escolas e postos de saúde), tornaram plausível a nova realidade.

Conforme Cardoso e Novais (2009), a industrialização e a urbanização abrangeram grandes possibilidades para o investimento que ficaria à disposição do empresário nacional. Essas possibilidades permearam o sistema bancário, possibilitando sua forte expansão, passando no final da década de 1950 a financiar vigorosamente o consumo de valores mais altos, como de automóveis, televisores e geladeiras.

Nas indústrias tradicionais não foi diferente, vestuários, calçados, móveis, entre outros, tiveram maiores investimentos. Posteriormente, referente à indústria de construção civil, os autores apontam aumento de investimentos em escolas, casas, apartamentos e fábricas. Assim surge a imagem do grande empreiteiro, que vai se destacando e ganhando mais espaço dentro do financiamento da política no Brasil.

Dessa forma, as realizações das empresas estrangeiras ou das empresas públicas geraram o nascimento de uma ligação entre elas e as pequenas e médias empresas, conforme Cardoso e Novais (2009). Os autores retomam como exemplo o que ocorreu ao final da década de 1950, com a implantação de onze montadoras, como Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Toyota e Volkswagen.

Eles trazem ainda dados da quantidade de veículos produzida naquele período, em específico no ano de 1960. Eram cerca de 35 mil empregados, com produção de 65 mil caminhões, 25 mil jipes, 20 mil utilitários e, por fim, 30 mil automóveis. Assim se estabeleceram cerca de 1200 empresas de autopeças, com a quantidade de 105 mil empregados. Os dados apontados pelos autores esclarecem uma forte entrada do capital estrangeiro, novas fontes de renda e aumento significativo da industrialização brasileira (Cardoso; Novaes, 2009).

De acordo com Cano (2017), esse aumento da industrialização foi decorrente do estímulo gerado pelo governo JK, que buscava expandir o aumento profundo da industrialização pesada no país. Assim, possuía como características a indústria de transformação, a exemplo da metalúrgica, e a criação de bens que gerassem alto valor agregado, como materiais de construção e equipamentos.

O investimento externo era uma das principais formas para o governo intensificar o desenvolvimento industrial, além da implementação e da ampliação da produção de bens de consumo duráveis, dentre eles os de veículos e de produção. Essas alterações, juntamente com o avolumado crescimento econômico, em razão do enfoque na industrialização pesada, desempenharam um papel importante para que o processo de industrialização, bem como o de urbanização fossem intensificados.

Lessa (1998) discute métodos que foram realizados para gerar estímulos sobre a indústria de bens de capital, em referência ao período do II PND. De acordo com o autor, a estratégia proposta buscava mudar o padrão de Industrialização para beneficiar as indústrias básicas, principalmente o setor de bens de capital e de eletrônica pesada, além de estimular o setor de insumos básicos, com o objetivo de substituir importações e, caso houvesse a possibilidade, gerar novas oportunidades para a exportação. Portanto a preferência por esses setores completava a industrialização pesada e gerava um novo padrão de industrialização, que transformava a “alocação de recursos” nas diversas áreas, entre elas as regionais, sociais e setoriais. Desse modo, os setores de bens de produção passaram a ser os principais para o crescimento da indústria na economia brasileira.

A busca por máquinas e equipamentos que seriam gerados pela grande expansão de investimentos sobre esses segmentos industriais se colocariam ao patamar das demandas dos setores vistos como tradicionais que eram criados pelo investimento público, como de energia, comunicação e transporte. Ou seja, houve um grande aumento da demanda para as indústrias (Lessa, 1998).

3.3 Intérpretes da industrialização brasileira

A fase da industrialização brasileira apresentada com o modelo de substituição de importações é citada por Furtado (1968). O autor realiza críticas quanto ao aspecto estrutural e econômico presente nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil. Conclui, assim, que o subdesenvolvimento não é uma etapa fundamental para que o desenvolvimento capitalista seja alcançado. O subdesenvolvimento seria o resultado de um processo da forte entrada de empresas internacionais em países que possuem suas estruturas ultrapassadas. Desse modo, um processo único, que possui diversas formas e diferentes dimensões. Isto significa

que o subdesenvolvimento não é um estágio obrigatório para alcançar o desenvolvimento, mas sim um resultado da entrada em massa de empresas estrangeiras em países com estruturas arcaicas.

Por essa razão, Furtado (1968) apresenta dois modelos estruturais econômicos, um mais simples e outro mais complexo. O primeiro refere-se a países em que as indústrias estrangeiras podem coexistir por longos períodos em sua economia caracterizada como de subsistência²⁰, gerando equilíbrio. Esse indicativo reflete que essas indústrias que produzem para exportação, em economias de subsistência e coexistem por longos períodos causam um equilíbrio inerte, sem movimento, para a economia do país. Ou seja, mesmo que haja equilíbrio em sua economia, a expansão econômica tende a ser comprometida. Desta forma, seu desenvolvimento pode permanecer estagnado por períodos relevantes.

Em seguida, Furtado (1968) menciona o exemplo mais complexo, referente à economia brasileira, que apresentava três setores. O primeiro, principal, de subsistência. Este focava na produção de bens e serviços que pudessem sanar as necessidades básicas de consumo nacional, porém, de maneira limitada. O segundo, de exportações, buscava gerar receita através de produtos exportados do primeiro setor. Por fim, o terceiro apontado era composto por um núcleo industrial que se conectava ao mercado interno e conseguia realizar produções de algumas partes dos bens de capital, que eram necessários para seu crescimento. Este se desenvolvia ao decorrer do processo de substituição de manufaturados anteriormente importados, mas ainda assim em condições de constante concorrência com produtores de países estrangeiros. Isto é, a industrialização direcionada para o mercado interno crescia através das substituições de importados, contudo, ainda precisava competir com a produção de países internacionais.

Nesse sentido, Furtado (1968) aponta que a indústria nacional tinha como preocupação gerar artigos que fossem semelhantes aos importados, adotando métodos de produção que permitissem competir com o mercado de países estrangeiros, resultando assim em uma busca por maior competitividade de preços e redução de custos da indústria vinculado ao mercado interno. Para que houvesse essa competitividade, era necessário voltar as inovações tecnológicas ao encontro da

²⁰ Economia de subsistência destina mercadorias produzidas ao consumo interno, com produções limitadas.

redução de nível de preços, procurando se assemelhar aos de produtos importados e seus métodos. Entretanto, o autor alerta que enquanto essas inovações eram voltadas para maior competitividade de preços e redução de custos, as inovações que poderiam viabilizar transformações quanto à estrutura econômica rapidamente, esta era consumida pelo setor de subsistência, acarretando uma limitação quanto ao desenvolvimento nacional.

Em outra vertente, Furtado (1968), citando o setor do mercado internacional, afirma que este desempenhava um papel significativo para acrescer caráter monetário ao sistema econômico brasileiro através dos salários, o que favorecia assim para a ampliação de uma parte do sistema econômico, em específico do setor industrial. Entretanto, essa ampliação gerava mudanças que atingiam os hábitos de consumo brasileiro mediante a entrada em massa de produtos manufaturados provindos do estrangeiro.

Outra constatação do autor é que, em períodos de quedas rigorosas sobre os preços de exportações, o mercado nacional interno tendia a aumentar a rentabilidade em razão do aumento de preço das mercadorias importadas, de maneira que o consumo de produtos nacionais crescia enquanto o de internacionais diminuía.

Nesse sentido, de acordo com Furtado (1968), a economia tendia a ser estável em nível de empregos, porém, quando os números de exportações oscilavam, os preços das matérias-primas internacionais também sofriam variações. Outrossim, uma vez que havia estabilidade na renda nacional monetária e essa entrava em conflito com a instabilidade da capacidade de importações, uma pressão forte era gerada para o balanço de pagamentos nos momentos em que os preços internacionais estavam em declínio. Isso criava dificuldades até mesmo para o padrão-ouro da época.

Assim sendo, o autor aponta que conforme aumentava a relevância da renda monetária provinda do crescimento do setor ligada ao mercado internacional na economia brasileira, ampliava-se também a pressão sobre o balanço de pagamentos nas fases em que houvesse baixas nos preços internacionais.

Marini (1992) constata que a crise dos anos 1960 dos países latino-americanos foi uma crise de produção e acumulação. Tal qual se mostrou tanto no estrangulamento da capacidade para importações de recursos materiais fundamentais para o desenvolvimento sobre o processo de produção, como nos limites

apresentados para a elaboração dessa produção. Além do mais, os países latino-americanos, entre eles o Brasil, tinham uma industrialização substitutiva de importações que agia diante da base de uma demanda que já era pré-existente, sendo ela de bens de consumo. Isso fazia com que os investimentos gerassem mais lucros, permitindo que o processo de produção fosse amparado pelo crescimento de bens de capital, como bens intermediários, equipamentos e máquinas, como expõe o autor. Desse modo, aponta-se que a industrialização realizada nesses moldes para ser permanente dependia do aumento crescente da capacidade para importações.

Nesta década, a economia brasileira passou por uma crise, fazendo com que não conseguisse mais se expandir através das substituições de importações, sendo constatado, desse modo, esgotamento no dinamismo do desenvolvimento industrial. De acordo com Tavares e Serra (1972), em razão do esgotamento do dinamismo do desenvolvimento industrial, que era amparado pelas substituições de importações, uma ideia referente aos países da América Latina foi gerada. Passou-se assim a fortalecer na esfera política e intelectual a ideia de estagnação estrutural²¹. Tal abordagem expressava que a maioria das principais economias latino-americanas estavam, a médio ou longo prazos, próximas de uma estagnação estrutural.

Entretanto, na percepção de Tavares e Serra (1972), a crise relacionada ao esgotamento do processo de substituições não significava a estagnação, na realidade de alguns países, entre eles o Brasil. Todavia, era visto pelos autores como uma transição para um novo modelo de desenvolvimento capitalista, que abria possibilidades para que o novo modelo pudesse apresentar aspectos dinâmicos enquanto aprimorava particularidades referentes ao modelo substituto de crescimento.

Furtado (1977) destaca que as economias subdesenvolvidas estão vinculadas à forma de como o capitalismo industrial cresceu e se propagou desde sua fase inicial, com a Revolução Industrial. Sua maior rentabilidade prevista provia do comércio externo, ou seja, o comércio internacional desempenhava um papel fundamental no campo econômico, sobretudo, realizando a aceleração no processo de acumulação de capital e aumentando a produtividade no trabalho nos anos 1970 do século XVII e do século XIX.

²¹ Segundo Tavares e Serra (2000, p. 592): “Esta convicção deu lugar à elaboração de estudos empíricos e modelos teóricos de corte estagnacionista”.

Campos (2014) reflete sobre o aumento de variedades de mercados na nação brasileira diante da economia após o golpe militar, com referência a Furtado. Desse modo, há aumento de variedades no mercado no âmbito nacional, as quais foram implementadas através da internacionalização da produção por empresas transnacionais e pela ampliação do sistema financeiro internacional que estava associada a estes, gerando integração comercial, financeira e tecnológica.

Entretanto, esse acontecimento trouxe à tona uma crise de desenvolvimento nacional em uma escala alta, fazendo com que surgisse uma nova fase de acumulação capitalista, definida como a de transnacionalização do capital, Campos (2014). A crise para o desenvolvimento ocorre uma vez que, na percepção do desenvolvimento econômico nacional, relacionado às indústrias internas, a abertura para entrada de indústrias transnacionais, sem qualquer freio, poderia ser vista como um obstáculo. A razão é que quando se leva em consideração que essas indústrias possuem maior capital e tecnologia, elas diminuem a possibilidade de concorrência para empresas nacionais de países periféricos, como o Brasil, dificultando o crescimento das empresas internas nacionais.

Por essa perspectiva, Campos (2014) aponta que as fragilidades foram expandidas com as novas mudanças. Uma delas referente à maior liberdade relacionada à mobilidade de capital transnacional sobre a economia brasileira, sendo essa submetida à junção dos interesses das filiais estrangeiras com um sistema financeiro internacional. Já a industrialização foi fundamentada sobre os interesses da elite, que era submetida ao sistema transnacional para que pudessem resguardar os próprios negócios e padrão de vida, enquanto esse consumo tinha como custo o aumento da desigualdade social.

Campos (2014) traz outro ponto de vista referente a Furtado, pois para este a crise da dívida externa que veio a prejudicar a América Latina, durante os anos de 1980, referenciando o Brasil como exemplo, não foi vista apenas como uma mera crise sobre o financiamento da industrialização, mas sim uma em que afetou fortemente os meios e fins necessários para que o desenvolvimento nacional fosse alcançado. Tornou-se, desse modo, um problema persistente e que não poderia ser sanado apenas com o crescimento econômico, como cita o autor. Ao invés disso, surge uma relação entre dependência e desenvolvimento.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender os impactos econômicos da industrialização no Brasil. O estudo foi dividido em duas fases, focando na industrialização restringida do governo Vargas e a dita industrialização pesada, buscando analisar a importância desse desenvolvimento para a economia e sociedade brasileira, bem como seus impactos e efeitos na estrutura econômica nacional.

Inicialmente, essas mudanças foram impulsionadas pelas políticas e interesses adotados pelo governo Vargas e pelo que a crise da Grande Depressão provocou. A crise afetou fortemente o principal motor da economia do país, o café. Expondo, diante desse cenário, fragilidades estruturais profundas, como a forte dependência das exportações. Por conta disso, sob tais condições, o governo Vargas passou a incentivar políticas que estimulassem a produção nacional de bens que antes eram importados para realizar a substituição de importações, visando fortalecer a economia nacional para reduzir as dependências externas e consolidar as diretrizes do governo vigente.

Algumas de suas diretrizes destacadas foram a busca pela industrialização e o revigoramento de políticas centralizadas, com a forte intervenção estatal voltada para o desenvolvimento e à ampliação do mercado nacional. Nesse cenário, o governo promoveu a criação de estatais no setor siderúrgico, de mineração, de petróleo, entre outros, o que fortaleceu a indústria de base do país e expandiu o mercado de trabalho nesses setores. Contudo, esse processo ocasionou em uma concentração industrial, sobretudo, na região Sudeste do país, evidenciando e agravando as desigualdades regionais. Essa realidade atraiu investimentos para a região e movimentos migratórios, intensificando os desequilíbrios nacionais, o que resultou em transformações que contribuíram para a formação de uma nova configuração socioeconômica e política nacional, marcadas por consequências estruturais duradouras.

Entretanto, o marco da industrialização brasileira não finalizou nesse período. Essa foi a primeira fase, que ficou conhecida como o período da “industrialização restringida”, devido às intensas limitações estruturais que o país, com

a falta de capital, tecnologia e um mercado interno ainda restrito, possuía. Situação essa que reduzia fortemente o consumo e a expansão industrial.

Levando em consideração essas limitações, a segunda fase da industrialização que foi implementada pelo governo JK, visou fortalecer a estrutura nacional, impulsionando o crescimento e a modernização do Brasil, investindo nos setores de energia, indústria de base, alimentos e transporte. Na indústria de base houve investimentos pesados, como na siderurgia, metalúrgica e produção de bens de capital. O governo também buscou desenvolver infraestrutura de rodovias para facilitar a locomoção dos bens e incentivar o consumo de bens de consumo duráveis, como o automobilístico. Esse forte aumento de investimentos foi possível com a grande introdução e entrada do capital externo para a formação de indústrias pesadas no país.

No entanto, apesar das políticas deste governo terem construído uma infraestrutura para o Brasil, elaborado grandes investimentos nas indústrias de base e promovido o consumo de bens de capital, ainda assim, suas atuações influenciaram na dinâmica de consumo brasileiro e reforçaram maiores dependências ao capital externo. Não obstante, mesmo com o revigoramento, ela veio acompanhada de reflexos na dependência econômica, desigualdade social, inflação alta, expansão da indústria transnacional e pressão nos preços. Observa-se que o crescimento da indústria no Brasil superou o do PIB, entretanto veio acompanhado por um aumento ainda mais significativo da inflação.

Essas políticas tiveram novos desdobramentos com o governo Jânio Quadros, que buscou cortar gastos públicos e enfrentar problemas econômicos, como aumento da inflação, deixados por governos anteriores. Assim, o governo Quadros não foi bem avaliado, renunciando à presidência e entrando João Goulart. No entanto, com a renúncia de Quadros, a política brasileira tornou-se ainda mais sensível e instável.

Diante deste cenário, Goulart assumiu a presidência com a prioridade de implementar políticas de reforma de base e redistribuição de renda. No entanto, sofrendo pressão externa e interna de seus opositores e dos insatisfeitos com suas políticas de reformas de base e intervencionistas. O país seguia para uma crise econômica e social, uma vez que a inflação permanecia aumentando e as políticas do

governo eram insatisfatórias aos liberais. O processo foi interrompido com um golpe de estado, quando as políticas econômicas sofreram alterações.

Após o golpe de Estado que tirou João Goulart e colocou Castelo Branco no poder, em 1964, houve um novo regimento político implementado por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esse programa tinha como objetivo conter a inflação através de medidas de austeridade, como redução dos gastos públicos, redução dos salários reais, congelamento de salários, corte de subsídios, controle do crédito e abertura ao capital estrangeiro. Consequentemente, as medidas adotadas trouxeram consigo a desvalorização real dos salários, redução de empregos, controle de crédito, corte de subsídios e aumento da concentração de renda.

O governo Castelo Branco foi substituído, em seguida, por Costa e Silva, de 1967 a 1969, que deu base para o início do chamado “Milagre Econômico”. De 1969 a 1974, houve incentivo à expansão do crédito, grandes obras na infraestrutura, impulsionamento da indústria de base, bens de capital, crescimento do PIB, controle da inflação e aumento de exportações. Entretanto, como consequência das políticas implementadas nesse período, houve também desvalorização cambial para estimular as exportações, crescimento do endividamento externo e ampliação da desigualdade social.

Após esse período, teve início o II PND, com o governo Geisel, que passou a priorizar a substituição de importações e a ampliação de estatais. Durante seu governo, em 1973, houve o choque do petróleo, que provocou um impacto significativo nas importações, no saldo comercial, na siderurgia e nos bens de capital. Embora o PIB continuasse positivo, a inflação seguia aumentando, as importações crescendo e refletindo negativamente na balança comercial. Dívida externa saltando e saldo corrente em negativo, se tornando ainda mais alarmante em 1979. Desse modo, o Governo cívico-militar foi retendo agravamento da dívida externa, aumento forte da inflação, PIB estagnado, balança comercial oscilando com exportações pressionadas, entrada de capital externo e ampliação da concentração de renda, levando o país a uma situação ainda crítica e gerando cicatrizes na estrutura do Brasil.

Assim sendo, observa-se que os governos buscaram implementar políticas que permitissem o desenvolvimento econômico do país, porém acompanhados de resultados que duram até os dias atuais. O processo iniciou-se com Vargas,

prosseguiu com JK e sofreu outras modificações pelos governos militares que buscaram expandir mais a economia, mas agravando problemas estruturais recorrentes, como a desigualdade social, a dependência econômica e a concentração industrial.

Em suma, os resultados obtidos indicam alterações relevantes na estrutura econômica, social e política do Brasil. Sendo assim, esta pesquisa contribui para o entendimento crítico do processo de industrialização brasileira entre as fases da industrialização restringida e da industrialização pesada, revelando problemas estruturais que persistem até a atualidade.

A pesquisa revelou que, apesar do país ter revelado um crescimento industrial significativo e do PIB, este veio acompanhado de consequências controversas, como o crescimento excessivo das desigualdades regionais, crescimento da concentração de renda, elevação da dependência do capital externo, aumento da dívida externa, alterações no padrão de consumo e persistência da inflação.

Ao enfatizar essas contradições, o estudo propõe reflexões sobre as limitações das políticas adotadas e suas consequências na estrutura que ainda são presenciadas no presente. Além disso, ao estabelecer uma correlação entre os indicadores econômicos sólidos e com contexto social e político, a pesquisa vai além da visão técnica, ela estimula a uma leitura com contexto de desenvolvimento econômico e crítico. Sendo assim, o presente estudo demonstra a necessidade de abordagens mais abrangentes, com outros temas de pesquisa, para compreender ainda mais limitações da industrialização brasileira.

A análise enfrentou ainda limitações devido à dimensão do extenso recorte de tempo adotado. Embora os resultados tenham sido satisfatórios, entende-se que a pesquisa poderia ter contado com mais dados históricos para detalhar melhor os efeitos e realizar comparações mais abrangentes.

A obtenção e análise de dados representaram desafios na pesquisa, sobretudo devido aos recortes históricos selecionados e a opção por analisar as informações entre as fases da industrialização, buscando relacionar a história e os indicadores econômicos da época, além de buscar uma explicação baseada em autores de artigos e livros.

Em conclusão, sugere-se que, em pesquisas futuras, apesar deste estudo se centralizar na industrialização, abordando os impactos econômicos e sociais dos períodos, seja possível analisar os efeitos na cultura do consumo ou as implicações das desigualdades regionais geradas nas fases da industrialização brasileira. Assim, podemos expandir a compreensão sobre os desdobramentos estruturais do processo de industrialização do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AARÃO, D. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à constituição de 1988**. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2014.
- BASTOS, P. P. Z. **Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas**: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. Campinas: IE/UNICAMP, 2008. (Texto para discussão, n. 189).
- BASTOS, P. P. Z. **Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964**. Campinas: IE/UNICAMP, 2014. (Texto para discussão, n. 229).
- CAMPOS, F. A. Meios e Fins do Desenvolvimento para Celso Furtado. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 162, p. 79-83, 14 out. 2014.
- CAMPOS, F. A. Internacionalização Brasileira e Instrução 113 da Sumoc. **América Latina en la Historia Económica**, Cidade do México, v. 24, n. 2, p. 93-124, maio./ago. 2017.
- CARDOSO, M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- CARDOSO, M.; NOVAIS, F. A. **O capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. Campinas: Editora Unesp, 2009.
- CANO, W. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: FICO, C. (Org.). **Anais do Seminário 1964-2004: 40 anos de golpe – ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- CANO, W. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento? **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 58, p. 59-70, 2007. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5230>. Acesso em: 2 mar. 2024.
- CANO, W. **Brasil - Construção e desconstrução do desenvolvimento**. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265–302, ago. 2017.
- CONCEIÇÃO TAVARES, M. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 6. ed. Brasília: Zahar, 1977.
- CONCEIÇÃO TAVARES, M.; SERRA, J. **Mais Além da Estagnação - ; Uma Discussão Sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente no Brasil**. [s.el.] Belo Horizonte, 1972.
- COUTO, R. C. Juscelino Kubitschek. In: **Portal da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, v.1, p. 2011. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/7549>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- FAJNZYLBBER, F. **La Industrialización Trunca de América Latina**. México: CET - Editorial Nueva Imagem, 1983.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio De Janeiro Ed. Civilização Brasileira, 1968.

GAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LESSA, C. **A Estratégia de Desenvolvimento, 1974/76 – Sonho e fracasso**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

MACARINI, J. P. **A Política Econômica da Ditadura Militar no Limiar do “Milagre” Brasileiro: 1967/69**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. (Texto para discussão, n. 99).

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Hucitec Unicamp, 2000.

SOUZA, N. A. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZAHLUTH BASTOS, P. P.; DUTRA FONSECA, P. C. **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.